

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 061, DE 09 DE JULHO DE 2015.**

Altera a Lei Municipal nº 4.003, de 14 de novembro de 2013.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,**  
Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

**Art. 1º** Fica alterado o art. 3º da Lei Municipal nº 4.003, de 14 de novembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Fica ainda pendente de anuência do Poder Legislativo, a complementação da permuta por área a ser indicada pelo Poder Executivo, a fim de complementar o valor de R\$ 2.000.000,00, dispensada esta em caso do cumprimento do saldo da obrigação em reposição pecuniária.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 09 de julho de 2015.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**ROGÉRIO DIAS PEREIRA**  
Secretário de Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 061, de 09 de julho de 2015, que ***“Altera a Lei Municipal nº 4.003, de 14 de novembro de 2013.”***

O presente projeto de lei visa alterar o art. 3º da Lei Municipal nº 4.003, de 14 de novembro de 2013, que autorizou o Município a receber permuta parcial da empresa ILP Textil Ltda, para prever a possibilidade de receber em reposição pecuniária o saldo restante referido no art. 4º da Lei 4003/13 alterada pela Lei 4177/2014.

A referida permuta estava autorizada pela Lei 1988/2005 e pela própria Lei 4003/13, que ora se propõe alterar o seu art. 3º, no entanto, restringia a utilização do saldo, impondo ao Poder Executivo o recebimento de outra área.

Ocorre que o objeto central da permuta foi a aquisição da fração k pelo Município para implantar um projeto habitacional, que encontra-se em andamento. Observa-se que o saldo é menor que o valor da área que integrou o patrimônio público em relação ao imóvel público permutado com a empresa ILP Textil Ltda.

Assim, a ideia inicial era receber o saldo da permuta parcial por outra área, no entanto, devido as dificuldades financeiras do Município, bem como as constantes ocupações de áreas públicas, e pelas dificuldades em reintegrar a posse ao Município, passou-se a considerar o recebimento do saldo em reposição pecuniária.

É de se ressaltar que o valor recebido obrigatoriamente deverá ser utilizado em projetos a ser implantado na cidade, ou nos projetos que por motivos financeiros estão aguardando a conclusão e entrega a comunidade.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal